



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

ATA Nº 24/2024
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL
DE NISA
DE
19 DE NOVEMBRO DE 2024

Abertura da Reunião

Ao décimo nono dia do mês de novembro do ano de 2024, na Vila de Nisa e Auditório da Biblioteca Municipal Dr. Motta e Moura, sita na Praça da República, em Nisa, quando eram 09h40, compareceram, Presidente, Dr.^a Maria Idalina Alves Trindade, Vice-Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vereadores, Dr. José Leandro Lopes Semedo, Prof. Maria de Fátima Semedo Dias e Dr. Manuel António Rosmaninho Bichardo, a fim de se realizar a segunda Reunião Ordinária do mês de novembro da Câmara Municipal de Nisa.

E como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi a mesma declarada aberta pela Presidente da mesma e Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr.^a Maria Idalina Alves Trindade, em cumprimento do que determina a alínea p) do nº 1 do Artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Compareceram a esta Reunião, para prestar os esclarecimentos que viessem a tornar-se necessários, relativamente aos assuntos agendados na respetiva Ordem de Trabalho e que dizem diretamente respeito aos seus serviços, os seguintes funcionários municipais:

Arq. João José Bizarro Portalete, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, Dr. Bento José Sabino Semedo, Chefe de Divisão em regime de substituição da Divisão Sócio Cultural, Coordenadora Técnica, Nazaré Dinis Rufino Carrilho Valente, responsável da Seção de Recursos Humanos e Serviços Auxiliares, Dr.^a Graça Maria Salgueiro Moura Telo Gonçalves, responsável da Seção Financeira.

Observações:

Procedeu-se, seguidamente, à análise e discussão, tendo em vista a eventual aprovação dos processos que constituem a Ordem de Trabalhos, sendo que os resultados e respectivas votações são as que para cada um a seguir se indica e de que é lavrada a respetiva ata, conforme teor do nº 1 do artº 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto nº 1 - SEA - Intervenção de munícipes

Este espaço é destinado à intervenção de munícipes que se encontrem na sala e que pretendam apresentar assuntos do seu interesse, conforme o disposto no nº 1 do art.º 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do art.º 8º do Regimento da Câmara Municipal de Nisa, tendo-se verificado a intervenção da Senhora **Ana Maria Lopes Tavares**, da Freguesia de Santana, expondo um problema do qual já deu conhecimento à Junta de Freguesia, que tem a ver com a Rua do Fundo do Monte e com o facto da troca de um poste de eletricidade e ao colocar o novo mexeram um pouco na estrutura da rua e cada vez que chove um pouco mais que o habitual, entra água dentro da sua casa, nas duas portas, nos números 49 e 51 daquela rua, acontecendo que a água antigamente ia para as charcas, mas foram fechadas e agora também essa água que antigamente ia para as charcas corre pela rua abaixo, ficando ali concentrada e nesta última noite de muita chuva, a água entrou para casa durante a madrugada e estando sozinha em casa foi muito complicado e teve muito medo, entregando cópias a cores de fotos do local e da rua, para explicar melhor o local onde isso acontece, referindo que há dois anos andaram lá a arranjar a calçada, pensa que a parte onde foi posto o poste está um pouco levantada e que pode também ter a ver com isso.

A Senhora Presidente disse que iriam incumbir os serviços técnicos de verificarem para depois remediar.

Ponto nº 2 - SEA - Período de antes da ordem do dia.

Este ponto e por concordância de todos os membros do Executivo, é analisado e discutido no final de cada reunião.

Apreciação e votação de Ata(s) de Reunião(ões) de Câmara

Apreciada e votada a Ata da Reunião da Câmara Municipal de Nisa, abaixo mencionada, que foi aprovada, conforme a seguir se indica, tendo sido dispensada a sua leitura (nº1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013 de 12/09), por ter sido disponibilizada cópia do original:

- **Ata Nº 23/2024**, da Reunião ordinária de 05/11/2024, aprovada por Maioria dos presentes, com 3 (três) votos a favor, Vice-Presidente, Dr. José Dinis Serra e Vereadores, Dr. José Leandro Semedo e Dr. Manuel Bichardo, 1 (uma) abstenção por parte da Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Idalina Trindade por não ter estado presente na reunião e 1 (um) voto contra com declaração de voto por parte da Vereadora Prof. Maria de Fátima Dias, conforme abaixo transcrita e que fica em pasta anexa á presente ata:

“Apreciação e votação da ata nº 23 da reunião da Câmara Municipal de Nisa de 05 de novembro de 2024 – Declaração de voto

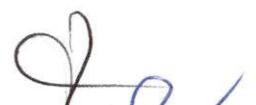
A Vereadora da CDU vota contra a Ata nº 23/2024, da reunião da Câmara Municipal de Nisa de 05 de novembro de 2024, na sequência das tomadas de posição sobre a votação das atas anteriores, desde dia 3 de Dezembro de 2019, uma vez que o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra persiste na recusa de submeter a aprovação das deliberações em minuta à votação dos eleitos, depois de lida em voz alta, conforme a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro determina, e consta do último ponto da Ordem de Trabalhos de cada reunião.

Lê-se na supracitada ata, no ponto nº 25, Deliberação nº 265/2024, na página 17 :” O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Dinis Samarra Serra referiu que, para efeitos da eficácia externa imediata, conforme vontade expressa da maioria dos Eleitos “Poder-se-ão considerar aprovadas as Deliberações em Minuta”, pelo que a mesma foi aprovada e as mesmas deliberações poderão adquirir a eficácia externa legalmente prevista, conforme o disposto os nºs 3 e 4 do Artº 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.”

Mais uma vez, o último ponto da Ordem de Trabalhos “Aprovação em Minuta, das deliberações que antecedem” não corresponde à verdade, uma vez que a aprovação, em minuta, das referidas deliberações em minuta não foi submetida à votação, não podendo a Presidente afirmar e ditar para a ata que é vontade expressa da maioria dos eleitos, que as deliberações sejam aprovadas.

De igual forma, o texto que consta do segundo parágrafo do ponto nº 24 da Minuta relativa a esta reunião (página 16), publicada na página do Município, não corresponde à verdade, uma vez que esta não foi “(...) lida em voz alta aos Eleitos presentes” nem submetida à votação dos eleitos. Nisa 19 de novembro de 2024, A Vereadora eleita pela Coligação Democrática Unitária (Fátima Dias)”

Assuntos para conhecimento:



- Informação de 08/11/2024, remetida pelo Vice-presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, do gozo de 1 dia de férias, nos termos do nº art.º 14 da Lei nº 29/87 de 30/06 (Estatuto dos Eleitos Locais), republicado pela Lei nº 52-A/2005, no dia 12 novembro de 2024.

- Informações dos Eleitos:

Intervieram por parte dos eleitos:

- Vereador Dr. **Manuel Bichardo**, referiu que relativamente aos documentos apresentados pela senhora Presidente, Mapa de Pessoal, Grandes Opções do Plano, Orçamento, afirmando que quando aqui foi dito que é a senhora Presidente que manda nas reuniões e manda na Câmara, dizendo que não participou nas reuniões de trabalho para elaboração destes documentos noutra época mais atrás, há cerca de dez anos, afirma não querer dizer que seja mentira, aconselhando a senhora Presidente a trocar ideias com o então Vereador Francisco Sena Cardoso porque ele decerto se lembrará quantas vezes estiveram no edifício da Câmara e aqui neste próprio local para que apresentassem as próprias propostas e participassem ativamente na elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, afirmando não ser verdade o que a senhora Presidente diz, mas estando já habituado a isso. Quanto á aprovação dos documentos em concreto para o ano de 2025, referiu que a senhora Presidente se esqueceu que já no mesmo momento, o ano passado quando apresentou estes documentos para o ano de 2024 já tinha falado, por exemplo na água da Galeana e no aproveitamento do projeto, este ano voltou a falar no mesmo, dizendo que nos mais de seis meses que faltam para terminar o mandato há-de ser muito difícil voltar a falar na água da Galeana porque seis meses para terminar uma obra daquela envergadura será difícil.

Para terminar disse que os habituou a um certo Narcisismo na forma como coloca as questões e não pretende perder mais tempo com a senhora Presidente a tratar de questões que sabe que a senhora não escuta atentamente o que ele diz, daí a sua opção do silêncio relativamente à discussão destes documentos, havendo um outro motivo que é claramente compreensível dado que a senhora Presidente enviou estes documentos somente na Quinta-Feira, em tempos, enquanto Vereadora da oposição tinha no mínimo quinze dias e ainda assim por vezes recusava discutir os documentos porque não achava tempo suficiente para fazer o devido estudo, perguntando que legitimidade tem a senhora Presidente para dizer que têm que apresentar em três dias propostas para o Orçamento e para as Grandes Opções do Plano, sabendo de antemão que a senhora Presidente como faz ouvidos moucos sempre e como nunca responde a questões colocadas, iria fazer a mesma coisa relativamente aos documentos apresentados.

Relativamente á Ata nº 23, disse que todos aprendemos a escrever corretamente por força dos ditados e das correções de erros que nos vão fazendo, sabemos que entre sujeito, predicado e complemento direto, as vírgulas não fazem falta nenhuma, tendo por isso sugerido que se tomasse atenção, dizendo que o texto não está mal escrito mas as vírgulas retiram o verdadeiro sentido daquilo que se quer aqui dizer nas reuniões de Câmara, pedindo por isso que houvesse algum cuidado com a colocação de vírgulas nas atas de forma a que não fique deturpado o sentido daquilo que é dito.

Ponto nº 3 – SF/TESOUR - Deliberação Nº 266/2024 **Resumo Diário de Tesouraria.**

A Câmara Municipal de Nisa reunida, aprova por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, da Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Idalina Trindade, do Vice-Presidente, Dr.

José Dinis Serra e dos Vereadores Dr. José Leandro Semedo, Prof. Maria de Fátima Dias e Dr. Manuel Bichardo, nos termos da documentação disponibilizada pela Secção Financeira e cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Ata, a situação relativa ao Resumo Diário da Tesouraria nº 212, referente ao dia 07 de novembro de 2024 e em que os respectivos numerários são os a seguir transcritos:

- Operações orçamentais: 3.407.055,91 €
- Operações não orçamentais: 291.225,36 €

Ponto nº 4 – DOTSM - Deliberação: 267/2024

Pedido de isenção de pagamento da taxa de emissão de licença de ruído para a realização de “Magusto”, a realizar no dia 24 de novembro de 2024, entre as 15H00 e as 0H00, no Largo da Igreja Matriz em Alpalhão, requerido pela AJAL – Associação de Jovens de Alpalhão.

Nos termos das Informações/Propostas Nºs 6340 e 8414/2024, datadas de 19 de agosto e 04 de novembro de 2024 respetivamente, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.^a Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereadores, Dr. José Leandro, Prof. Maria de Fátima Dias e Dr. Manuel Bichardo, a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão de licença especial de ruído, no valor de 72,16 €, para a realização do “Magusto”, a realizar no dia 24 de novembro entre as 15H00 e as 0H00, no Largo da Igreja Matriz em Alpalhão, requerida pela AJAL – Associação de Jovens de Alpalhão.

Ponto nº 5 – DOTSM - Deliberação: 268/2024

Direito de Preferência – Rua da Barca, nºs 3 e 5 – Amieira do Tejo – Requerente: Máximo Foco, Mediação Imobiliária.

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 8692/2024, datada de 11 de novembro de 2024, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.^a Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereadores, Dr. José Leandro, Prof. Maria de Fátima Dias e Dr. Manuel Bichardo, **não exercer** o direito de preferência, nos termos do previstos no nº1 do art.º 37º da lei 107/2001 de 08 de setembro, relativamente ao prédio situado na Rua da Barca nºs 3 e 5, em Amieira do Tejo.

Ponto nº 6 – DOTSM- Deliberação: 269/2024

Pº 2023/450.10.204/163 - Licença Nº 16/2023, para obra de Ampliação de Edifício sito Rua Nova da Praça de Touros, nº 27, em Nisa - Aprovação do Licenciamento. Requerente: Isaura Quintas Paulino.

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 616/2024, datada de 14 de novembro de 2024, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.^a Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereadores, Dr. José Leandro, Prof.^a Maria de Fátima Dias e Dr. Manuel Bichardo, o

licenciamento de acordo com o número 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de dezembro alterado e pelo Decreto-Lei nº 10/2024 de 8 de janeiro, a "concessão da licença prevista no n.º 2 do artigo 4º".

Ponto nº 7 – DSC - Deliberação: 270/2024

Apoio em transporte ao Nisa Futsal Clube - Época desportiva de 2024/2025.

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 8284/2024, datada de 31 de outubro de 2024, da Divisão Sócio Cultural, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.ª Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereadores, Dr. José Leandro, Prof. Maria de Fátima Dias e Dr. Manuel Bichardo, ratificar o despacho do Vereador José Leandro Semedo, datado de 05/11/2024, relativamente às cedências dos dias 2 e 9/11 e deliberar o de 30/11, no sentido da cedência dos transportes abaixo indicados e a isenção do pagamento das taxas devidas, requeridos pelo Nisa Futsal Clube:

- Dia 2 de novembro de 2024, Elvas – Viatura Volvo 49-FD-59
- Dia 9 de novembro de 2024, Elvas – Viatura Volvo 39-UH-16
- Dia 30 de novembro de 2024, Sousel – Viatura Volvo 39-UH-16

O valor total das deslocações estima-se em 5 horas X 3 = 774,90 €.

Ponto nº 8 – DSC - Deliberação: 271/2024

Doação de colcha em renda de nó.

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 8611/2024, datada de 07 de novembro de 2024, da Divisão Sócio Cultural, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.ª Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereadores, Dr. José Leandro, Prof. Maria de Fátima Dias e Dr. Manuel Bichardo, e em conformidade com a alínea j) do artigo 33º da lei 75/2013 de 12 de/09 a doação de colcha em renda de nó (2,30 X 2,00) por parte da Dª Maria José Franco Almada, residente em Portalegre.

Ponto nº 9 – DSC - Deliberação: 272/2024

Acordo de colaboração entre a Câmara Municipal de Nisa, Coudelaria Ribeirinho Paralta e Agrupamento de Escolas - Ano Letivo 2024/2025.

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 8516/2024, datada de 05 de novembro de 2024, da Divisão Sócio Cultural, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.ª Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereadores, Dr. José Leandro, Prof. Maria de Fátima Dias e Dr. Manuel Bichardo, a assinatura do Acordo de Colaboração, entre a Câmara Municipal de Nisa, o Agrupamento de Escolas de Nisa e a Coudelaria Ribeirinho Paralta, para o ano de 2024/2025, com início em novembro de 2024 e término, em junho de 2025, num custo de 200 euros mensais e assegure o transporte de 7 alunos, abrangidos pelo Decreto-Lei nº 54/2028 de 06/06 dos Programas Educativos individuais (PEI's) e respetivos acompanhantes.

Ponto nº 10 – DSC- Deliberação: 273/2024



Bar da Câmara Municipal - Preços.

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 8749/2024, datada de 13 de novembro de 2024, da Divisão Sócio Cultural, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 4 (quatro) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.^a Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereadores, Dr. José Leandro, Prof. Maria de Fátima Dias e 1 (uma) abstenção por parte do Vereador Dr. Manuel Bichardo, o preço do produto abaixo indicado:

Bolos de pastelaria (diversos) – 0,90 € (Iva Incluído á taxa de 23%)

Ponto nº 11 – DSC- Deliberação: 274/2024

Produtos para venda no Posto de Turismo – Atribuição de preços.

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 8661/2024, datada de 10 de novembro de 2024, da Divisão Sócio Cultural, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 3 (três) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.^a Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereador, Dr. José Leandro e 2 (duas) abstenções por parte dos vereadores, Prof. Maria de Fátima Dias e Dr. Manuel Bichardo, os preços abaixo indicados, conforme a alínea e) do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, alterada pela Lei nº 50/2018 de 16 de Agosto.

Bule em porcelana - 13,90 €

Quadro ardósia (Montalvão Vintage) - 5,00 €

Garrafa de licor 200ml - 8,50 €

Garrafa de licor 500ml - 12,00 €.

Ponto nº 12 – DSC - Deliberação: 275/2024

Pedido do Auditório da Biblioteca Municipal.

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 8766/2024, datada de 14 de novembro de 2024, da Divisão Sócio Cultural, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.^a Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereadores, Dr. José Leandro, Prof. Maria de Fátima Dias e Dr. Manuel Bichardo, a cedência do Auditório da Biblioteca Municipal, com isenção do pagamento de taxas, no dia 06 de dezembro de 2024, entre as 09H00 e as 13H00, às Águas do Alto Alentejo, para realização da II Conferência Gestão da Água/Futuro Sustentável, dado que o espaço solicitado está disponível e as Normas de Funcionamento da Biblioteca, aprovadas em Reunião de Câmara- Deliberação 121/2002 de 20 de Fevereiro, preveem no seu art.º 8 alínea c) que “a utilização do Auditório implica o pagamento de uma taxa de acordo com a Tabela de Taxas e Licenças em vigor na Câmara Municipal, no valor de 21,77€ (isento de IVA, por hora de utilização”, prevendo-se a utilização de 4 horas com um valor total correspondente 87,08 € (isento IVA) e porque de acordo com o nº 8 do artigo 7º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, “Compete à Câmara Municipal deliberar sobre as isenções e reduções”.

Ponto nº 13 – GA/SRHSA - Deliberação: 276/2024

Mapa de Pessoal do Município de Nisa para o ano de 2025 – Aprovação.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 09/2024, datada de 25 de outubro de 2024, da Presidência e da legislação em vigor, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 4 (quatro) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.^a Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereadores, Dr. José Leandro, Prof. Maria de Fátima Dias e 1 (uma) abstenção por parte do Vereador Dr. Manuel Bichardo, conforme particularmente o artigo 29º, do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o Mapa de Pessoal para o ano de 2025, que obedece ao modelo de estrutura orgânica, aprovado através da deliberação da Assembleia Municipal nº 16/22 na sua reunião de 23/09/2022, o qual resultou na aprovação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, e respetivo organigrama, pela Câmara reunida na sua reunião de 04/10/2022, deliberação nº 191/22.

O Mapa indicado, corresponde à sua adequação face às necessidades do Município, bem como do reajustamento perante alterações ocorridas durante o ano de 2024, refletindo sempre as necessidades permanentes dos serviços, com as respetivas atribuições e competências, nos termos do art.º nº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Remeter à Assembleia Municipal

Ponto nº 14 – SF - Deliberação: 277/2024

Grandes Opções do Plano para o ano de 2025.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 8762/2024, datada de 14 de novembro de 2024, da Seção Financeira o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 3 (três) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.^a Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereador, Dr. José Leandro, 1 (uma) abstenção por parte do Vereador Dr. Manuel Bichardo e 1 (um) voto contra por parte da Vereadora Prof. Maria de Fátima Dias com declaração de voto as grandes opções do plano para o ano de 2025, nos valores de:

Plano Plurianual de Investimentos-----24.840.399.00 €
Ações Mais Relevantes-----1.997.213.00 €

Remeter à Assembleia Municipal

Intervenções:

Presidente da Câmara Dr.^a **Maria Idalina Trindade**, relativamente à rubrica que prevê a despesa de investimento e também da parte da receita, dizendo que convinha mencionar aqui que não é um empolamento, dizendo que é um orçamento maior em termos de receita e despesa e que isso se deve ao financiamento a 100% da ponte transfronteiriça sobre o rio Sever de cerca de treze milhões de euros.

Vereadora Prof. **Maria de Fátima Dias**, começou pelo relatório que antecede os documentos previsionais, referindo-se ao relatório do orçamento do Município de Nisa para 2025, dizendo que a exemplo dos anos anteriores, este relatório apresenta-se muito vazio, demagógico e claramente pré campanha para as Autárquicas, dizendo que os treze milhões resultantes de financiamento garantido a 100% pelo PRR, são extremamente importantes, referentes á

ponte e a CDU sempre votou a favor na Câmara e na Assembleia, não estando em causa ser contra a construção da ponte, antes pelo contrário, sempre foi defendida, mas o que está em causa é que essa tal janela, referida neste documento não vai fazer correr o rio do desenvolvimento pelo território, é apenas um aspeto e se não existir um planeamento estratégico como não tem existido numa agenda pensando em 2030 não será isso que irá resolver, como não resolveu ao longo de 11 anos os problemas do Concelho, dizendo também que no final da página um vem referido "para a elaboração do orçamento tiveram-se em conta os cabimentos e compromissos que transitam para 2025 e anos seguintes e de seguida as propostas dos serviços discutidas com os eleitos", perguntando quantos eleitos tem a Câmara Municipal, dizendo também que não está a ser cumprido o direito de oposição, assim como também não foram ouvidos Presidentes de Junta e de União de Freguesia para a elaboração do orçamento, não sendo para si uma surpresa porque o estatuto do direito de oposição não é cumprido no sentido em que em 11 anos nunca foi elaborado o relatório de cumprimento do estatuto de direito de oposição, sendo estes aspetos importantes, mas o facto de não terem sido pedidos contributos não significa que não os tenha para dar e por isso eles farão parte da sua declaração de voto contra que anunciou desde logo.

Presidente da Câmara Dr.^a **Maria Idalina Trindade**, disse que a memória é curta relativamente a teores de relatórios de direitos de oposição, referindo que certamente a Senhora Vereadora não conhece o histórico do direito de oposição do seu partido nas Autarquias, nesta circunstância precisamente a dívida que está para trás era verdadeiramente manietante da capacidade de construção de um orçamento saudável, graças á diminuição substancial da dívida de dez milhões no longo prazo e quase quatro milhões do curto prazo, tem-se vindo ao longo destes onze anos a melhorar a capacidade real de execução dos documentos previsionais, porque como certamente qualquer básico financeiro saberá, sem receita e com compromissos acumulados para garantir o pagamento de despesas era impossível fazer uma gestão responsável, rigorosa e que acautelasse o chamado interesse público, recorrendo-se então sistematicamente ao empréstimo, vulgo com valores exponencialmente superiores ao valor real das obras, depois eram diluídos em despesa corrente a ponto de no ano de 2011, em que a CDU liderava em parceria com o agora PSD, foi necessário alocar um milhão e quinhentos mil euros de receita de capital a despesa corrente, tendo havido necessidade de corrigir esta equação em termos administrativos para o país, tendo de facto resultado algum conforto mas não apenas numa decisão administrativa do governo central, naturalmente em parceria com as Autarquias Locais também, e no caso particular de Nisa porque a casa alheia não interessa, mas o passado desta casa interessa muito, porque o homem é ele próprio a sua circunstância, passada e atual e exige-se que se projete o futuro e quando se fala em janelas de oportunidade e desenvolvimento local é precisamente esta projeção de futuro que se prevê e que se tem vindo a desenvolver ao longo de mais de uma década de trabalho no Concelho de Nisa e aquilo que era um nome vazio em que como dizem as pessoas por aí, Nisa era conhecida só pelo queijo e ninguém queria saber de Nisa para nada, vendo as pessoas hoje, Nisa como um repositório de tradição, sendo fiável fazer doações à Câmara Municipal daquilo que tem a ver com a identidade Nizorra as pessoas hoje desfazem-se de bens materiais e alguns com muita emoção para dar á guarda da atual gestão municipal, coisa que não acontecia a menos que as doações acontecessem antigamente mas nunca vinham a deliberar à Câmara ou então não havia de todo doações, sendo isso estranho, por isso se menciona também aqui este ponto.

O direito de oposição está plasmado na lei e confere aos senhores vereadores da oposição que não têm funções executivas, não tendo por isso que discutir com os funcionários no dia a

dia a construção dos documentos previsionais, tendo que os discutir hoje, aqui e agora, com todo o tempo do mundo, fazendo aqui um exercício amplamente democrático do respeito pelos direitos da oposição, se os senhores vereadores pretendem apenas numa declaração de voto prestar contributos inócuos que já não podem ser incorporados porque as declarações de voto ocorrem a seguir às votações e não pretendem fazer agora os seus contributos a ponto e em tempo mais que suficiente de porventura haver algum ajustamento aqui e ali no documento previsual então esse exercício é um exercício fingido porque não pretende no fundo melhorar o documento, plasmar no seu teor opções estratégicas como se afirma, porque as palavras leva-as o vento, sendo atitude que qualifica as pessoas e não o discurso bacoco das generosas ideias, ações é aquilo que as pessoas lá fora, os eleitores de facto em anos de eleições observam, refletem e concluem sobre o perfil político de cada representante das forças partidárias neste que é iminente um órgão político, se foram ou não ouvidos os Presidentes da Junta, a senhora Vereadora não tendo funções executivas, não estando na sua ação política autárquica a capacidade, a competência de fazer esta tipologia de articulação desconhece aquilo que se passa dentro da Câmara Municipal e que a gestora, Presidente da Câmara, de acordo com o auxílio vital, imprescindível, muito dedicado dos senhores Vereadores que a acompanham enquanto eleitos com funções executivas em maioria absoluta desenvolvem diariamente um trabalho profícuo em função daquilo que são os padrões da qualidade de vida, de desenvolvimento emocional e também efetivo do ponto de vista material de toda a população do Concelho em que nem sequer são esquecidas aldeias que eram e continuam recônditas mas cada uma neste momento e mercê de dez anos de trabalho afincado, cada qual tem um atrativo, as pessoas vão às aldeias e têm gosto em visitar, em interagir, perceber o amago da vida e da ruralidade destas nossas pérolas alentejanas que são cuidadas com todo o carinho do mundo, com a valorização daquilo que é a alma nissorra e em todas as obras que a talhe de foice descreve para que fique para a posteridade aquilo que este documento encerra dado que não prometem, fazem, porque as ações são interpretadas pelo saber, pelo saber fazer e pelo fazer em tempo oportuno porque também é preciso concretizar e sendo embora, este documento um documento previsual, estão já em curso obras que aqui estão plasmadas, não são fictícias, estando á vista de toda a gente, desenvolvendo-se trabalho para toda uma comunidade.

Habitação, estratégia local de habitação, algumas casas já em lançamento de concurso para reabilitação do Centro Histórico, iniciada a consignação para a recuperação do edifício que neste momento vai iniciar a obra para disponibilizar sete apartamentos a preços de renda apoiada, fomentando o mercado da habitação e cativando os jovens, aqueles que vivem com os pais, que precisam de se emancipar, aqueles que têm um trabalho e que vivem com amigos e querem também autonomizar-se, aqueles que preencherão requisitos porque é preciso ter um posto de trabalho efetivo para poder ser rendeiro do Município nestas habitações.

Beneficiação de arruamentos, neste momento estão em curso oitocentos mil euros de obras em arruamentos, em Tolosa, em Alpalhão, uma dinâmica de intervenção qualificadora, como aliás tem sido um demonstrar a olhos vistos desta gestão, não há nas ruas, nas praças, nos largos aquilo que era a vergonha do Concelho, quem passa pela nossa Vila vê uma Vila limpa, nota que é uma Vila requalificada, acolhedora, mercê de um trabalho autárquico que observa, que se envolve e que desenvolve a correção de alguns erros que é necessário corrigir, Largo do Cruzeiro em Alpalhão, por via da imaterialidade ainda não consegue mostrar os bordados de Alpalhão no teto daquele pequeno pavilhão coberto para desenvolver os eventos que os Alpalhoeiros tanto vivenciam, como por exemplo a Feira dos Enchidos, e uma resposta também do ponto de vista desportivo, aquela intervenção tem também acoplada um campo de pádel para satisfazer não apenas aquilo que são necessidades de

diversificação da prática desportiva no Concelho de Nisa, mas também de satisfazer e apoiar aquilo que constitui um passatempo de todos aqueles que nos visitam ou que se hospedam no hotel em Alpalhão e que não possuindo aquela infraestrutura uma resposta desportista qualquer que ela seja além da natação, vão ter a possibilidade de praticar o pádel em Alpalhão numa atitude de descentralização relativamente á sede do Concelho.

“É-Galeana- É Vida”, um projeto que está na ordem do dia, estando-se aqui numa atitude preventiva, ecologicamente recomendável, ambientalmente segura, a providenciar que o desperdício de água deixe de ser uma realidade naquilo que é uma nascente fantástica, que o povo de Nisa se habituou a beber antes da estratégia de distribuição em alta através da empresa que foi criada, a água da Gaelana era o precioso liquido que chegava á casa de cada Nizorro, que vão a partir de 2025 ter a possibilidade de obter essa água dentro do território concelhio, em Nisa para além de que o desperdício vai ficar anulado, esta água vai ser armazenada e vai servir para rega e vai servir para armazenamento, para enchimento do tanque das piscinas municipais, indo o orçamento municipal ganhar por ano só na poupança quantificada deste precioso liquido, duzentos mil euros por ano valendo bem o investimento, não sendo apenas a natureza que ganha, mas também o erário público que sai vencedor.

Vai adquirir-se uma viatura não poluente para recolha de resíduos não diferenciados, uma vez mais aqui a preocupação com o ambiente, também um projeto aqui há uma parceria ao nível de financiamentos comunitários no âmbito da ecologia e aquilo que são as boas práticas de recolha dos resíduos.

Vai ser regenerado de uma vez por todas um nó rodoviário e viário que clama por uma intervenção requalificadora, que não se foca apenas naquilo que é uma intervenção estética dos nossos valores identitários, Rotunda do Cinema, Estrada das Amoreiras, Dafundo, Rua Dr. Manuel de Arriaga, Rua Capitão Vaz Monteiro, tudo isto vai ser intervencionado num projeto que já se encontra em fase de adjudicação, sendo certo que naquela rotunda vão ser representados os nossos trajes através da colocação de um par de bailarinos fazendo justiça ao Rancho das Cantarinhas de Nisa.

Estas são as verdadeiras preocupações, não se faz obra por fazer obra, faz-se obra necessária dando-se um sentido estético á obra desenvolvida para dar orgulho às pessoas do Concelho por se reverem nas intervenções requalificadoras que esta gestão tem vindo a desenvolver ao longo dos anos.

Rua da Fábrica, uma rua que precisa de passeios, há muitos anos, mas que nunca ninguém fez, este executivo irá fazer.

A Zona Industrial, tem estradas que estão esburacadas, há muito tempo que a zona industrial parecia um deserto, mas mercê de uma intervenção e de uma política fiscal amiga dos investidores, muitas empresas ali surgiram, além de uma incubadora de empresas que serve de base ao inicio laborioso de alguns jovens e não tão jovens empresários da nossa praça que ali têm acolhimento, que ali têm um berço que lhes dá o ensejo de iniciar uma atividade económica no Concelho, dizendo que todas as estradas da zona industrial vão levar alcatrão para corrigir as situações de degradação em que se encontra aquela zona do desenvolvimento económico do nosso Concelho.

Relativamente ás atividades lúdicas das pessoas, foi inaugurado recentemente um skate park, associando a prática desportiva alternativa através da cativação dos jovens porque foram sorteados alguns instrumentos para aquela prática desportiva tão interessante, associando ao charme, á elegância daquilo que era o chalé antigo da horta do Parreirão, sendo um skate park que não é padronizado, que não é igual aos outros, sendo o nosso skate park, ele próprio também, um espirito de modernidade em que os canteiros servem de bancos e em que o muro grafitado transporta para a ruralidade, a vivência urbana do graffiti e em agrado de todos os que naquele bairro vivem e que viram ultrapassados problemas

recorrentes de esgotos a entrarem pelas cozinhas e pelas salas, têm agora na zona das piscinas municipais a elegância de mais um parque de lazer em que avós e netos podem disfrutar de um espaço absolutamente maravilhoso e acolhedor para o lazer.

Em relação ao jardim municipal disse que a obra está a decorrer e já se pode observar, esgueirando a vista, para o formato do lago, destruiu-se um lago feio, sem qualquer estética, que nos fez esquecer na totalidade o nosso belo lago, só quem não viveu em Nisa, quem não se divertiu naquela zona, sendo o nosso lago que queremos ali, porque alguém passou por ali da CDU, destruindo a nossa memória nesta praça, que tão pouco fez calçadas bordadas no chão, defendendo-se agora a economia local, pretendendo-se que a primazia nas aquisições sejam realizadas em Nisa para dinamizar o comércio local, dinamizar a memória coletiva, apagando aqueles que violentaram a memória coletiva, destruindo os nossos objetos, não apenas de adorno mas de vivência emocional e por isso ali iremos ter um lago muito semelhante aquele que já existiu, valorizando o jardim municipal.

Relativamente ao estacionamento dos autocarros na Amieira do Tejo, e há cada vez mais autocarros porque existe um investimento naquela freguesia de seu nome Trilho da Barca da Amieira, com a requalificação da zona ribeirinha que é atrativa e se constitui como um chamativo turístico para estas pessoas que vão nos autocarros, muitos, aos fins de semana primaveris e outonais, então no largo ao redor da sede da Junta de Freguesia, que é território público, municipal, temos aqui um "Park and Ride", casamento perfeito entre a preocupação ecológica, a preocupação da modernidade e este espírito empreendedor e requalificador que apesar de ser o ultimo ano de mandato como Presidente da Câmara em Nisa, não se quer deixar abrandar e por isso este documento plasma na totalidade toda esta generosa intenção de fazer a cada dia que passa mais e melhor pelo bem estar das pessoas que humildemente servem.

No que diz respeito á ponte, disse ainda que muitos lutaram pela ponte, outros nem por isso, passaram por cá e nem aproveitaram fundos comunitários que nos permitiriam ter tido a ponte há mais tempo, quando cá chegou recorda-se que o seu primeiro ato público se consubstanciou numa viagem a Madrid ao Ministério da Economia no sentido de tentar ainda aproveitar aquilo que na gestão anterior se fez letra morta e se deixou passar, não tendo sido já possível cativar os quatro milhões de euros que na altura estavam previstos num antigo programa de cooperação transfronteiriça por inércia deste Município, em contraponto há alguma atividade de grande reivindicação, de grande parceria efetiva com o reino de Espanha, lembrando as Feiras de Gastronomia em que o antecessor da senhora que a antecedeu trazia sempre expositores e os autarcas de Cáceres de Casar de Cáceres e foi construída uma estrada municipal entre Montalvão e a Barragem de Cedilho, foram desenvolvidos esforços no sentido de ser construída uma ponte, tendo esse sonho ficado deitado a dormir, tendo renascido consigo, renasceu com esta gestão estratega, inteligente, dinâmica, interessada em dar aos outros, que não descansa enquanto não consegue atingir os objetivos que se propõe, no contexto do orçamento, deve-se ter lido logo na primeira frase, a "perseverança continua a ser o nosso objetivo", perseverança é dedicação, empenho, amor, emoção, colocar tudo, mas mesmo tudo de si próprios, no mínimo que fazem pelos outros, sendo essa a postura na vida e sendo esta a sua posição no trabalho autárquico e eis que o dinheiro para a ponte chegou, que o primeiro ministro à data seu correligionário político anunciou em Coimbra para o Alto Alentejo, o financiamento para a obra da construção da ponte internacional sobre o rio Sever, o sonho do Dr. José Manuel Semedo Basso tornava-se realidade pela mão da Dr.ª Maria Idalina Trindade, sendo isto bom para o nosso Concelho, para hoje, para amanhã, para daqui a 30 anos, porque a centralidade do Concelho de Nisa vai ser diferente, não apenas por aquilo que a Península Ibérica representa como mercado para as nossas empresas e para o nosso território, mas como aquilo que representa também

para Espanha o potencial de dinâmica que o território Português passa a ter com a centralidade do Concelho de Nisa, porque é em Nisa, na Freguesia de Montalvão que a ponte se vai fazer, costumando dizer que querem fazer do sonho uma ponte e querem fazer da ponte um encontro, querendo que este encontro seja o encontro das pessoas certas, daquelas que lutaram para que esse encontro pudesse realizar-se e por isso está confiante que assim vai acontecer, está confiante que os treze milhões de euros previstos em receita totalmente garantida e financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência vão ver a luz do dia em obra materializada já no ano de 2025, sendo esta a realidade do documento estratégico, a realidade da opção estratégica e esta vai ser a realidade do Concelho de Nisa.

Vereadora Prof. **Maria de Fátima Dias**, dizendo que pretende colocar uma questão, mas antes disso, disse que é uma honra assistir a tão enfático discurso, porque certamente que aos colaboradores não dirá muito, tendo estado a falar expressamente para os Vereadores da oposição, sendo um momento raro, perguntando de seguida se se podia fazer um intervalo para alterar a despesa com as propostas que tem para apresentar, pedindo um intervalo para discutir com a Dr.^a Graça Moura as propostas que pretende apresentar e que vão alterar a despesa, para reformular os números, porque com as propostas que tem isto provocará um aumento na despesa o que vai desequilibrar o orçamento já ficticiamente desequilibrado como aqui chegou, pedindo por isso autorização para intervalo para discutir as propostas que tem, dando como exemplo, alargar o subsidio de apoio á Natalidade para além do segundo filho, referindo também que em relação á educação, cultura ação social e saúde tem também uma proposta de aumento dos assistentes operacionais expressamente para as crianças com necessidades educativas especiais no Centro de Apoio à Aprendizagem, uma outra proposta de aumento da despesa para apoio aos estudantes universitários naturais do Concelho de Nisa, uma outra para criação de um gabinete de empreendedorismo jovem e reativação do Conselho Municipal para a Juventude, outra proposta para a implementação de energias renováveis com destaque para a colocação de painéis fotovoltaicos em edificios como os Paços do Concelho, Agrupamento de Escolas, Piscinas Municipais, o que aumenta a despesa, uma outra proposta que tem a ver com a transferência para as Juntas e uniões de Freguesia para delegação de competências e investimentos, uma outra proposta que tem a ver com o verdadeiro incremento da Unidade Local de Saúde do Alto Alentejo para reforço dos médicos de família, sendo portanto despesas que irão desequilibrar o orçamento apresentado pelo que solicita autorização para um intervalo para discutir com a Dr.^a Graça Moura as suas propostas que vão significar aumento das despesa, o que significa um desequilíbrio que terá que se ir ver como fica na receita para que o documento seja aprovado hoje, porque ele chega aqui com um desequilíbrio que é acertado pelo resultado liquido de exercício, não sendo dado aqui esta informação no relatório, pedindo por isso que a senhora presidente conceda um intervalo para se discutir a alteração da despesa e o necessário acerto da receita e despesa para que haja um orçamento equilibrado.

Presidente da Câmara Dr.^a **Maria Idalina Trindade**, referiu que daquilo que pôde ouvir, Centro de Saúde, dinamização dos médicos, disse que temos neste momento, mercê daquilo que é a politica de respeito pelas pessoas e porque trabalham para as pessoas, serão certamente o único, ou dos únicos Concelhos do Distrito de Portalegre que tem o quadro de médicos totalmente preenchido, porque o nosso regulamento de dinamização da saúde prevê apoio quer em termos de pecúlio ou em alternativa uma resposta habitacional para a fixação dos profissionais da saúde no nosso Concelho e por isso nós tivemos agora um período de um mês sem a totalidade dos médicos, temos todos os médicos que prestam apoio á saúde

de todas as populações em todas as freguesias, temos preenchidos todos os rácios no âmbito desta matéria.

Relativamente á eficiência energética, que corresponde às preocupações ecológicas e até às candidaturas no âmbito da AreanaTejo e da Comunidade Intermunicipal de colocação de painéis solares nos edifícios municipais, estando-se já em fase de adjudicação um parque de estacionamento, não indo existir no nosso território investimentos que contrariem o nosso Plano Diretor Municipal como é o caso dos parques fotovoltaicos, já quanto ao aproveitamento de telhados de edifícios, inclusivamente porque se tem feito um investimento vultoso naquilo que é o apetrechamento do parque das oficinas, tendo neste momento os funcionários municipais todas as ferramentas necessárias para utilização de modo a facilitar o trabalho, pelo que a observação do autarca que deve ser quase a 380 graus, toda a gente já percebeu que os próprios parques de estacionamento das grandes superfícies estão dotados nos respetivos sombreadores, de painéis que em simultâneo provocam sombra e conforto nas altas temperaturas de verão e produzem energia elétrica e mercê do investimento que foi feito no parque das nossas oficinas precisamos arrecadar os veículos para não estarem á chuva e ao sol, porque a preocupação é não apenas para que os funcionários tenham condições mas também ter um parque para que os veículos não estejam á chuva no inverno, ao sol no verão, por isso está-se já a fazer não apenas as candidaturas á eficiência energética para instalação dos painéis, nomeadamente no telhado que precisa de uma intervenção e nessa intervenção vai ter acoplados os painéis, mas também neste parque que se vai desenvolver nas oficinas, ali no lado esquerdo de quem entra no portão, existe um pequeno jardim com alguma musealização de máquinas antigas que irão naturalmente mudar de sitio e preservar na continuidade, mas que servirão para guardar os nossos veículos e terão a multifuncionalidade de produzir energia limpa, por isso essa preocupação já está plasmada no nosso orçamento, naturalmente que neste momento ao contrário do que se fazia, não se coloca fermento na receita como no bolo finto, não se trabalha assim, trabalha-se pela racionalidade e pelo respeito do principio do equilíbrio orçamental em que a totalidade da receita tem que corresponder á totalidade da despesa mais as amortizações, sendo uma regra de ouro que tem que se respeitar sem artimanhas de engenharia financeira, mas com a realidade concreta da receita prevista em fundo comunitário, da receita prevista segundo a regra dos últimos vinte e quatro meses, em projeções que neste momento, neste ano económico não se pode ser totalmente fiáveis porque neste momento, neste ano económico não se pode ser totalmente fiáveis porque o orçamento de estado ainda não está aprovado na especialidade o que traz alguma limitação, mas sabe-se até que há um cenário que vai ser interessante ao nível do FEF, porque vai receber-se mais cerca de novecentos mil euros do Fundo de Equilíbrio Financeiro, o que dá algum conforto também e garante que este exercício orçamental em 2025 vai ser fiável e vai ser executável.

Vice-Presidente Dr. **José Dinis Serra**, iniciou felicitando a equipa financeira por esta dedicação e este comprometimento que existiu na construção deste documento tão importante, documento do orçamento municipal e que refletiu o esforço na alocação dos recursos para assim o tornar aqui visível e responsável pelo seu teor, salientando também o rigor e a transparência que foram refletidos na construção deste documento que é um documento estratégico e que se constitui como pilar fundamental para que se consiga continuar a ter uma gestão eficiente dos recursos financeiros públicos, por outro lado destacou o rigor nos documentos previsionais que foram produzidos refletindo e contrariando aquilo que a senhora Vereadora mencionou porque reflete uma completa ausência de distorções ou malabarismos, que esta informação é claramente apresentada de uma forma acessível e compreensível para todas as partes que assim a queiram entender e que por sua

vez vai facilitar o trabalho na continuidade de acompanhamento da gestão desses recursos alocados, destacando que se trata do maior orçamento já registado no nosso território, trinta e sete milhões e meio de euros, que reflete um compromisso como já foi referenciado no sumário deste documento, compromisso para o progresso e qualidade de vida no nosso concelho que destaca um volume significativo de investimentos públicos que já foram aqui elencados, que se refletem em todas as freguesias onde mencionou também uma obra que está em curso e que vai enriquecer o nosso contexto cultural que é o NisaTech, mas também salientou a obra em Arez na reconstrução, beneficiação do telhado da igreja e também naquela que procurará explorar aquilo que é uma das mais valias do nosso território do Tejo e designadamente o Rio Tejo, mediante a concretização do cais do Chão da Velha.

Como se poderá constatar com um foco transversal perante todas as necessidades, sendo um orçamento claramente promotor da inclusão, do desenvolvimento sustentável e de oportunidade para todos os munícipes do nosso território, destacando ainda a alocação de recursos para o fortalecimento das competências municipais, um particular foco para aquilo que é a atenção para o domínio da ação social com o destaque já trazido em algumas reuniões de projetos do CLDS 5ª Geração, do Radar Social que são tão fundamentais para fortalecer com o trabalho de diagnose a capacidade de resposta às necessidades da população sobretudo aqueles que são mais vulneráveis o que vai contribuir mais uma vez para uma nossa sociedade local mais solidária, participativa e resiliente.

Também destacou aquilo que tem sido o alinhamento dos recursos e políticas de iniciativa em contexto local para aqueles que são os munícipes mais jovens que possam ser favorecidos pelo acesso à habitação a custos acessíveis por investimentos que ocorrem da estratégia local de habitação que por sua vez decorre dos financiamentos, para além da ponte, 100% do PRR, um milhão de euros.

Falou ainda daquilo que tem sido o papel preponderante da cultura, do desempenho vital para o maior fortalecimento da identidade local e compromisso para a coesão social do território, todo o investimento que tem sido feito para o investimento no património imaterial, estando á vista de todos e assim se pretende que continue finalizando reiterando aquilo que tem sido o rigor e transparência e que assim possa continuar a assegurar essa credibilidade do processo orçamental hoje aqui trazido fortalecendo toda a atividade de governança em prol das referidas oportunidades da nossa melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes e assim continuar a contribuir para uma gestão claramente responsável, sustentável e sobretudo inclusiva.

Vereador Dr. **José Leandro Semedo**, dizendo que se congratulava em relação ao orçamento, dizendo que o esforço que aqui está plasmado neste orçamento de trinta e sete milhões de euros, nunca na história do Município nem do Alto Alentejo, nestes municípios de média dimensão houve um investimento tão grande no Alto Alentejo, falando-se aqui num investimento que reflete algumas das mais importantes obras que são necessárias para o desenvolvimento do Concelho de Nisa, não são obras apenas de fachada ou obras que servem para gastar apenas por gastar, são obras que fazem parte de um desenvolvimento estruturante que ao longo destes últimos onze anos desenvolvidos pela Presidência da Dr.^a Maria Idalina Trindade têm vindo a fazer este caminho, um caminho que é de louvar, não sendo por acaso que este conjunto de obras e não só que aqui vêm neste momento, projetos iniciados no Município de Nisa e depois replicados pelo país inteiro, Oficina Móvel, tele-assistência, cartão de saúde, somos pioneiros em várias áreas, sendo de louvar que este orçamento não é só referente a obras, ele vai também mais longe e indo também mais longe, sendo de louvar vários pontos que estão aqui explanados neste orçamento, um deles, a obra

emblemática que é a ponte internacional sobre o Rio Sever, há cinquenta anos reclamada e que só agora neste momento é que ganha corpo com um financiamento robusto, sendo uma obra estruturante, contrariamente aquilo que aqui se defende com propostas avulsas da parte da CDU, que vem com despesas e mais despesas, que não fazem qualquer sentido, estando algumas delas integradas neste orçamento e no Plano de Atividades.

Neste momento, destas obras, cinco milhões estão no terreno, já existe obra, não sendo obra fictícia, está já em funcionamento, o restante vai estar concretizado, sendo isto um documento previsional, pensa ser de louvar mais uma vez e de reforçar todo este conjunto de ideias e este conjunto de obras que ao longo destes doze anos vem refletir o desenvolvimento deste Concelho, que é um Concelho que deu um desenvolvimento enorme nesta última década e a prova disso é o que tem sido feito e uma das pequenas coisas a que se pode assistir é aos fins de semana tantos autocarros se dirigem a Nisa que anteriormente não acontecia, querendo isto dizer qualquer coisa, quer dizer que o investimento que aqui se faz neste Concelho é um investimento que traz retorno, e traz retorno para os seus Municípes, para as empresas, para as famílias, sendo desta forma de fazer política, junto das pessoas, trabalhando para as pessoas que é isso que se faz, trabalhando para as pessoas construindo futuro, dizendo que gostaria de deixar aqui o seu agradecimento ao trabalho desenvolvido ao longo destes anos pela Presidente da Câmara Dr.^a Maria Idalina Trindade, sendo de louvar e que continue com esta garra, com esta determinação ao longo destes anos e que não desiste sendo prova disso a obra maior que aqui está, da ponte internacional, em que nunca desistiu e em que por vezes eram remetidos documentos, muito extensos, com informação muito detalhada que era sempre enviada para o primeiro ministro quando fazia as conferências ao nível das cimeiras ibéricas, sendo por isso essa forma de trabalhar, nunca desistindo, lutando sempre em prol daqueles a quem servimos e ao longo destes anos servindo muito bem a causa pública que aqui está plasmada nestes documentos, sendo este um orçamento digno de ser realçado.

Vereadora Prof. **Maria de Fátima Dias**, quis ainda registar que não lhe foi concedido o intervalo que solicitou para apresentar as propostas e com os técnicos responsáveis, cujo trabalho louva, discutir a forma como se poderia inserir estas medidas, a alteração que significaria para o orçamento ficar em equilíbrio como aqui foi apresentado, mas incluindo propostas suas, porque por mais que ela possa argumentar, responder-lhe-ão sempre que já está no orçamento.

Declaração de voto contra lida pela Vereadora Prof. **Maria de Fátima Dias**:

“Reunião da Câmara Municipal de Nisa

Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa do Município de Nisa, para o ano de 2025

Declaração de voto contra

Sobre o Relatório do Orçamento do Município de Nisa para 2025, refira-se que não se desvia do habitual discurso vazio e demagógico, agora em pré-campanha para as eleições autárquicas, deslocado do contexto orçamental e, como já nos vem habituando, sem referência a eixos estratégicos fundamentais da gestão autárquica do Município, no horizonte 2030.

Os 13 milhões de euros resultantes de financiamento garantido a 100% pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), poderão abrir “janelas”, mas não farão correr o rio do desenvolvimento pelo território do Concelho de Nisa enquanto não forem clarificadas prioridades de investimento específicas, localmente, em linha com objetivos estratégicos claramente definidos, também em termos regionais.

7 0/

Refira-se que, nas últimas linhas da página um, do referido Relatório, podemos ler:

“Para a elaboração do Orçamento da Despesa tiveram-se em conta os cabimentos e compromissos que transitam para 2025 e anos seguintes e, de seguida as propostas dos serviços discutidas com os eleitos. (...)”

Para que fique claro, pergunto: quantos eleitos foram ouvidos e participaram na elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2025, no cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição?

De destacar que, de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, ‘são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo, sendo igualmente titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nas Câmaras Municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros’.

Ora, hoje, dia 19 de novembro, estamos, mais uma vez, perante mais um Orçamento imposto pela maioria PS. Esta é uma pseudodiscussão do Orçamento e GOP para 2025, sem reuniões de preparação com os Presidentes das Juntas e Uniãos de Freguesias e sem os vereadores da oposição.

Porque não deixamos de apresentar os nossos contributos, diremos que falta neste orçamento e GOP:

- Uma estratégia integrada de desenvolvimento económico e emprego com medidas de acolhimento e de suporte às famílias (como exemplo: não basta um fraco subsídio de apoio à natalidade, que nem sequer chega ao terceiro filho);

- Perante a escassez de habitação para arrendamento e os elevados custos no setor, é imperiosa a implementação da “Estratégia Local de Habitação” que promova verdadeiramente a reabilitação de habitações já adquiridas pelo município e outras a adquirir para reabilitar, a preços controlados, inclusivamente nas freguesias rurais.

- Falando de Educação, Cultura, Ação Social e Saúde, é importante reforçar o verdadeiro funcionamento do Conselho Municipal de Educação e os apoios às crianças e jovens em idade escolar, incluindo as crianças com necessidades específicas, através do aumento do número de assistentes operacionais que dêem apoio a estas crianças; Há também que garantir apoios aos estudantes universitários naturais do concelho de Nisa;

- Há que definir uma estratégia cultural concelhia, com reais Serviços Educativos Municipais, associados aos espaços museológicos, que contribuam para a formação de crianças e jovens;

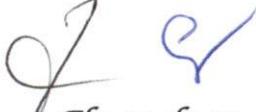
- Sublinhamos a necessidade de orientações para o Empreendedorismo Jovem e para o incremento do desporto ativando o Conselho Municipal para a Juventude;

- Sem esquecer o binómio Sustentabilidade/Qualidade de Vida, damos como exemplo a importância da Implementação das energias renováveis nos edifícios municipais, para autoconsumo, com destaque para o Agrupamento de Escolas e piscinas municipais.

- Sobre o Abastecimento de Água para Consumo Humano e serviços de Saneamento defendemos a necessidade de parar a escalada no aumento das tarifas decretadas pelas Águas do Alto Alentejo, como já aconteceu para 2025, tendo a CDU votado contra;

- Não podemos deixar de referir a necessidade do reforço de transferências para as Juntas e Uniãos de Freguesia para delegação de competências e investimentos;

Afinal, importa dar resposta, global e eficaz aos problemas das pessoas, que o Estado Central continua a não resolver, como é o caso da Saúde, sendo necessário, nos cuidados primários, reforçar o número de médicos de família.



Fls. 17 de 21

Não podemos deixar de referir que neste orçamento e GOP verificamos que a previsão das despesas correntes aumenta de 9.051.387,00, em 2023, para 10.327.517,00, em 2024, e para 12.583.549,00€ em 2025, o que continua a significar que, definitivamente, as transferências do Estado não são suficientes para cobrir as despesas adicionais com as competências transferidas.

Volto a lembrar que o Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei nº 24/98 de 26 de maio, baseia-se no princípio constitucional do direito de oposição democrática, constante do artigo 114º, da Constituição da República Portuguesa e consagra aos seus titulares o direito à informação, o direito de consulta prévia, o direito de participação e o direito de depor, assegurando às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos das autarquias locais, através do acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas prosseguidas pelos mesmos.

Pese embora o estatuído no nº3 do artigo 5º da supracitada Lei, e no quadro do processo de elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Município de Nisa para o ano de 2025, enquanto Vereadora eleita pela CDU na Câmara Municipal de Nisa não fui chamada a participar na sua elaboração.

Enquanto eleita pela CDU na Câmara Municipal vejo-me confrontada, na reunião do executivo de hoje, 19 de novembro, com documentos finais, em cuja elaboração não participei.

Pelo referido, e na denúncia do mais claro desrespeito, por parte da Presidente da Câmara Municipal de Nisa, pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa, da Lei n.º 24/98 de 26 de maio e da Lei 75/2013 de 12 de setembro, voto contra as Grandes opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa do Município de Nisa, para o ano de 2025.

Nisa, 19 de Novembro de 2024

A Vereadora eleita pela Coligação Democrática Unitária
Fátima Dias”

Presidente da Câmara Dr.^a **Maria Idalina Trindade**, pediu que ficasse consignado em ata que com este voto contra, a Senhora Vereadora até votou contra as obras da sua terra, requalificação do cais do Chão da Velha, votou contra a intervenção na obra da casa dos bolos no Centro Histórico, votou contra o projeto “É-Galeana- É Vida”, contra o parque cultural “Nisa – Tech”, contra a requalificação do Mercado Municipal, contra o Ginásio Municipal “coworking”, contra a requalificação do Jardim Municipal, contra a remodelação do Curral da Adua, contra o Largo do Cruzeiro de Alpalhão, também votou contra o parque de estacionamento na Amieira do Tejo, contra os projetos sociais CLDS, Radar Social, contra o projeto do novo quartel dos Bombeiros, contra o projeto “Nascer em Nisa” , contra a Tele assistência, contra a Oficina Móvel Social, contra a recuperação das casas no Centro Histórico, na Rua de Angola nº 17 e 18, na Rua de Moçambique nº 35, na Rua Nossa Senhora da Graça nº 37 e na casa do Senhor Isac em pleno coração da Vila, na Praça da República, também votou contra a beneficiação dos arruamentos no Concelho e para não se deter em mais pormenores disse ainda que também votou contra de um sonho antigo de um seu antecessor correligionário Presidente de Câmara durante muitos anos nesta terra, num tempo em que não havia tantos Fundos Comunitários, no tempo em que era preciso fazer valas para os esgotos, levar água às pessoas, sendo também necessário já nessa altura fazer pontes, a senhora Vereadora da CDU também votou contra a ponte internacional sobre o Rio Sever, dizendo que sim, os direitos da oposição foram respeitados e quem conduz as reuniões é a Presidente da Câmara, não havendo aqui qualquer desrespeito pela Lei nº 75, nem pela lei das Finanças Locais, Lei nº 73 porque essa aplicação ficou salvaguardada quer naquilo que são as regras de construção do Orçamento da receita e da Despesa, quer

naquilo que são a construção dos quadros plurianuais e tudo mais que quer ao nível da legislação específica, quer ao nível da legislação enquadradora do respeito pelos direitos de oposição, que é ouvir a oposição, coisa que aqui foi feita hoje, sendo certo que quem determina se há intervalos ou não é a Presidente da Câmara Municipal de Nisa, sendo um orçamento como se diz na sua página inicial que continua a ter como objetivo de gestão a perseverança, prevê trinta e sete milhões de euros a mobilizar no ano económico de 2025, dos quais vinte sete milhões são destinados a investimento, onde a verba de treze milhões resulta garantida a 100%, sendo este o orçamento e sendo este o documento estratégico para o desenvolvimento local que a CDU acaba de votar contra e que o PSD lamentavelmente acaba de agir como se fosse um comprimido "Melhoral" continua sem fazer bem nem fazer mal.

Ponto nº 15 – SF - Deliberação: 278/2024
Orçamento Municipal para o ano de 2025.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 8760/2024, datada de 14 de novembro de 2024, da Seção Financeira o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 3 (três) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.^a Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereador, Dr. José Leandro, 1 (uma) abstenção por parte do Vereador Dr. Manuel Bichardo e 1 (um) voto contra por parte da Vereadora Prof. Maria de Fátima Dias conforme declaração de voto mencionada na deliberação anterior, o orçamento municipal para o ano de 2025, nos valores de:

Receita corrente-----	14.114.671.00 €
Receita de capital-----	23.366.719.00 €
Receita não efetiva-----	10.00 €
Total da Receita -----	37.481.400.00 €
Despesa corrente-----	12.583.549.00 €
Despesa de capital-----	24.897.831.00 €
Despesa não efetiva -----	10.00 €
Total da despesa-----	37.481.400.00 €

Remeter á Assembleia Municipal

Ponto nº 16 – SF - Deliberação: 279/2024
Autorização Prévia Genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2025.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 8764/2024, datada de 14 de novembro de 2024, da Seção Financeira o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 4 (quatro) votos a favor, Presidente da Câmara Dr.^a Maria Idalina Trindade, Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Serra e Vereadores, Dr. José Leandro, Prof. Maria de Fátima Dias e 1 (um) voto contra com declaração de voto por parte do Vereador Dr. Manuel Bichardo, solicitar à Assembleia Municipal, por motivos de simplificação e celeridade processuais e a exemplo de anos anteriores relativamente aos seguintes pontos:

- Para os efeitos previstos na alínea c] do n- 1 do art.º da Lei 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano ou;

b) Os seus encargos não excedem o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e prazo de execução de três anos.

- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/12, de 21 fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

Remeter à Assembleia Municipal

Declaração de voto Vereador Dr. **Manuel Bichardo**:

“O meu voto contra no sentido de autorizar prévia e genericamente uma carta branca para fazer o que entenda a Senhora Presidente tem a ver com aquilo que se tem passado nos últimos anos e que com a capa de uma certa arrogância decidir sem ouvir o executivo por completo ou seja, decidem nos gabinetes e nem sequer dão conhecimento a mim, enquanto Vereador da oposição e usufruindo deste próprio estatuto de direito de oposição, não me tem sido dado conhecimento de tomada de posições, de obras feitas que no âmbito desta autorização prévia genérica é votada aqui anualmente e que sua excelência, a senhora presidente que é quem manda, pelos vistos não consegue trazer ao conhecimento do resto dos elementos, dos eleitos do executivo municipal, neste sentido achei por bem, por precaução, votar contra para não permitir mais abusos porque já basta o que tem acontecido.”

Intervenção:

Presidente Dr.^a **Maria Idalina Trindade**, dizendo que o senhor Vereador denota na sua verbalização, desconhecimento intenso, que é mais do que completo, sobre aquilo que é o alcance de uma autorização prévia genérica no âmbito da Lei dos compromissos a ponto de dizer que a Presidente não o informa, remetendo-o para o último parágrafo da autorização prévia que refere o seguinte: “ Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe”, trata-se de um documento que todos os Municípios, todas as Comunidades Intermunicipais observam no sentido de conferir alguma fluidez, nomeadamente ao timing de execução das obras, porque havendo uma obra em que em termos de desdobramento de encargos ultrapasse os limites previstos num diploma legal que data de 89 mas que não foi excecionado que é quando as obras no ano económico seguinte são superiores no desdobramento de encargos a cerca de cem mil euros, tem de haver uma aprovação por parte da Assembleia Municipal, essa aprovação pode ser prévia e procede-se à informação tal como as regras democráticas, prevêm, estabelecem e é suposto o senhor Vereador ter conhecimento e lamentavelmente não tem, não podendo deixar passar em claro estas verbalizações completamente ao revés daquilo que são regras instituídas muito menos ficar indiferente a acusações de abusos que neste Município não acontecem pelo menos neste momento.

Ponto nº 17 - SEA- Deliberação Nº 280/2024

Aprovação em Minuta das Deliberações que antecedem.

A Presidente da Câmara Municipal, Dr.^a Maria Idalina Alves Trindade, referiu que, para efeitos de eficácia externa imediata, conforme vontade expressa da maioria dos Eleitos, "Poder-se-ão considerar aprovadas as Deliberações em Minuta", pelo que a mesma foi aprovada e as mesmas deliberações poderão adquirir a eficácia externa legalmente prevista, conforme o disposto nos nºs 3 e 4 do art.º 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Encerramento da Reunião.

A presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa foi devidamente encerrada pela Presidente da mesma, para cumprimento do previsto e disposto na alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, quando eram 11h30.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, conforme o disposto no nº 1 do artº 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, é constituída por 21 folhas, devidamente numeradas e rubricadas e vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do referido art.º 57º, pela Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr.ª Maria Idalina Alves Trindade e por mim, António da Piedade Pimpão Crespim, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, responsável pela Secção de Expediente e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

A PRESIDENTE DA REUNIÃO,



(Dr.^a Maria Idalina Alves Trindade)
(Presidente CM Nisa)

O COORDENADOR TÉCNICO,



(António da Piedade Pimpão Crespim)
(Secretário)

MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA
MUNICIPAL

Acta presente em Reunião Ordinária,
realizada no dia 03 de dezembro de 2024 e
aprovada por: Maioria

- Favor: 4 (quatro) votos (PS:3; PSD: 1)
- Contra: 1 (um) voto com Declaração de Voto (CDU)
- Abstenção: 0 (zero) voto ()